



ATA N.º 3/2022

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

No dia 26 do mês de janeiro do ano de 2022, nesta cidade de Estremoz e edifício dos Paços do Município, pelas 18:00 horas, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, Senhor José Daniel Pena Sádio e estando presentes os Senhores Vereadores José Carlos Cabaço Salema, Luís Filipe Borralho Capitão Pardal, Nuno Filipe Queijinho Rato, Sónia Cristina Russo Caldeira, Sónia Cristina Silva dos Ramos e Vanda Maria Junqueira Lopes de Mira Messenário, realizou-se a reunião ordinária desta Câmara Municipal.

Como Secretária à reunião esteve presente a Chefe da Unidade de Gestão de Compras e Stocks, Elsa da Conceição Pisaflores Cantador, nomeada pelo Despacho do Presidente da Câmara n.º 149/2021, de 19 de fevereiro de 2021, conjugado com o Despacho do Presidente da Câmara n.º 151/2021, de 19 de outubro de 2021.

ORDEM DO DIA

- 1** - Período de antes da ordem do dia;
- 2** - Aprovação da ata da reunião anterior;
- 3** - Delegação de competências;
- 4** - Adenda ao Auto de efetivação de Transferência de competências nº 20 no domínio da cultura – Castelo de Évora Monte – ratificação do despacho do Presidente da Câmara nº 8/2022;
- 5** - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas
 - Declaração de compromissos plurianuais
 - Declaração de pagamentos em atraso
 - Declaração de recebimentos em atraso
- 6** - Cessação do contrato de arrendamento do bar/cafetaria sito na Central de Camionagem, em Estremoz;
- 7** - Hasta pública para arrendamento do bar/cafetaria sito na Central de



Camionagem, em Estremoz;

- 8 - Financiamento ao Centro de Ciência Viva de Estremoz / 2022;
- 9 - Denúncia do Acordo de Colaboração com a OPE – Associação Tauromáquica de Estremoz

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara, disse que como já vai sendo hábito, começa por fazer o balanço da situação em relação à Covid 19 no Concelho, informando que há uma grande dificuldade da ARS (Administração Regional de Saúde) em facultar em tempo real os casos ativos em cada Município, em função disso houve também por parte da Comissão da Proteção Civil um pedido para que ainda assim, esses dados fossem facultados, mas a resposta que lhes foi dada e que não tem sido possível fazê-lo, portanto optaram por não o fazer. Aquilo que pode informar, é que infelizmente, o panorama não é nada animador, segundo os dados do dia 25 de janeiro, todos os Concelhos do distrito de Évora estão em risco extremamente elevado e continuam nesta luta, contra esta maldita pandemia.

No que diz respeito à vacinação, informou que no concelho de Estremoz 89,16% das crianças com mais de 12 anos têm a 1.^a dose da vacina, 79,07% a 2.^a dose e 43,76% dos utentes têm a dose de reforço, o que é muito bom e o centro de vacinação está a funcionar bem, enaltecendo o trabalho dos profissionais de saúde que laboram no mesmo.

Agradeceu mais uma vez ao RC3 (Regimento de Cavalaria 3), às farmácias de Estremoz e aos funcionários da Câmara que estiveram no posto de testagem permitindo o seu funcionamento no período pré e pós Natal. Seguidamente informou, que também disponibilizou o mesmo espaço à Cruz Vermelha, que neste momento tem a disponibilidade de fazer testes das 8:00h às 16:00h até ao dia 31 do corrente mês, no entanto, da parte da Cruz Vermelha e da Câmara há vontade de prolongar as testagens por mais tempo, mas a portaria que o permite fazer por parte do SNS (Serviço Nacional de Saúde) ainda não foi publicada, assim que isso acontecer o centro de testagem funcionará por mais tempo, o que é muito importante tanto como prevenção, como um meio muito mais ágil para parar as cadeias de contágio, assim como permitir às pessoas que têm necessidade de fazer



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

teste para visitarem familiares em lares ou hospitais o façam de forma expedita e gratuita, dentre daquilo que o SNS faculta.

Informou ainda, que no dia de hoje (26 de janeiro), no período da manhã, o Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa esteve em Estremoz, no RC3, tendo a visita decorrido de acordo com o esperado e com o envolvimento da estrutura da Defesa.

A propósito de outro assunto, informou que durante os dias 25 e 26 do corrente mês, decorreu o voto antecipado dos residentes em lares do Concelho, com a recolha dos votos por parte dos funcionários do Município bem como, no último domingo, dia 23, decorreu no Parque de Feiras o voto antecipado, agradecendo e realçando o trabalho de todos aqueles que prestaram esse serviço, que como era expectável decorreu com normalidade e apraz-lhe registar, que no próximo domingo, dia 30 terão mais um ato eleitoral que decorrerá no Parque de Feiras.

O Vereador José Salema congratulou-se pelo centro de testagem puder prolongar-se no tempo, concordando que de facto, é muito importante e dará mais segurança a todos os habitantes do Concelho e a todos aqueles que nos visitam, por isso será importante que se possa prolongar o máximo de tempo possível e sempre de acordo com a situação de pandemia que vivemos.

A propósito de outro assunto, o Vereador José Salema disse que na última reunião de Câmara ficaram algumas dúvidas no ar e era importante que ficassem esclarecidas para bem de todos e que têm a ver ainda com algumas obras que vieram do Executivo anterior e já foram assumidas pelo atual Executivo, acrescentando que o Presidente da Câmara tinha dito que havia processos que estavam mal instruídos, mas depois retificou. Acrescentou, que na última sessão da Assembleia Municipal, também foi mencionado que havia défice de financiamento, mas foi retificado depois de decidido que havia sub-orçamentação.

Seguidamente disse, que propôs que nesta reunião estivessem presentes o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que até nos costuma acompanhar nestas reuniões, mas hoje pelo que vê, não se encontra presente, pelo menos até ao momento e do Chefe de Divisão que tem a responsabilidade das obras



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

municipais, para os esclarecer em relação às afirmações do Presidente da Câmara, que considera ser afirmações sérias e que devem ser esclarecidas, não podem deixar ficar isto no esquecimento, devem saber quais são os processos mal instruídos ou mal planeados. É importante para o Município e para os munícipes que isto fique esclarecido, porque está em causa a competência dos serviços do Município e tem para si, que estes são competentes e na altura da sua proposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que esses dois técnicos estariam presentes nesta reunião, mas até ao momento não estão e gostava de saber se ainda vão estar, porque tinham algumas questões para lhes colocar e caso não venham a estar, porque é que não estão.

O Presidente da Câmara respondeu que o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira não está presente na reunião, porque ontem e hoje, tem estado envolvido na recolha do voto antecipado, dos residentes em lares do Concelho e o Chefe da Divisão Urbanística não está em Estremoz. Portanto, fica já o compromisso de que eles estarão presentes na próxima reunião de Câmara, para explicarem mais pormenorizadamente as questões que tenham por conveniente, mas sem embargo dos convocar, pode dizer genericamente, que não há processos mal instruídos, os problemas que há, têm a ver com as decisões que foram tomadas pelos anteriores políticos, nomeadamente em alguns deles, o facto de não haver verba prevista em mais do que um ano, impediu que o Tribunal de Contas aprovasse o procedimento e que a obra avançasse.

Seguidamente disse que como podem verificar nas atas que estão publicadas e são públicas, o Executivo anterior definiu um conjunto de 14 obras para executar e fê-lo da forma que entendeu, ou seja, para cada uma das obras fez uma estimativa do custo e o Presidente da Câmara anterior, nas explicações que estão em ata, mencionou que tinha a plena convicção que o valor atribuído a cada obra era sobre avaliado, isto é, era dinheiro a mais e que no limiar nem era necessário gastar esse dinheiro todo. Entretanto, agora eles analisaram a generalidade das obras e verificaram que as mesmas foram sub orçamentadas, isto é, o Executivo que na altura liderava a Câmara, fez uma avaliação abaixo do custo de cada obra. Obviamente, que o facto das obras estarem sub orçamentadas leva a um sub financiamento, por exemplo, no caso do estaleiro municipal, houve uma previsão do custo da obra no valor de 250 mil euros, logo se vai custar perto de 900 mil está sub



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

orçamentado e por conseguinte, sub financiado, por isso tiveram que fazer face a esse défice com investimento próprio. Concluiu dizendo, que fique bem claro que sub orçamentação levou a sub financiamento e em rigor, não há uma ou outra, há as duas.

O Vereador José Salema lamenta discordar com o Presidente da Câmara, porque na sua opinião e daquilo que conseguiu apurar em respeito a essas obras pensa que não houve nem sub orçamentação, nem défice de financiamento e isso facilmente se comprova pela situação financeira do Município, lembrando que no último dia do Executivo anterior, dia 15 de outubro e antes da tomada de posse do atual Executivo do Partido Socialista, o saldo do Município em tesouraria era cinco milhões, setecentos e quarenta e seis mil euros, portanto, com certeza que no dia 31 de dezembro de 2021 seria bastante mais. Lembrou ainda, que dos empréstimos que estavam contraídos ainda podem ser utilizados mais um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil euros, a isso acresce o facto de muitas dessas obras terem também candidaturas a Fundos Comunitários já aprovadas, o que permitirá, se as obras vierem a ser concretizadas, que o Município receba mais três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil euros. Como tal, tendo o Município recursos próprios e financiamento, ficou com a sensação que a imagem que o Presidente da Câmara passou através das palavras, foi que de facto, a situação financeira da Câmara não permitia dar resposta a todas as obras ou havia um défice financeiro, quando na verdade não há e isso tem que ficar bem claro.

O Presidente da Câmara disse que o Vereador José Salema está a misturar uma série de coisas que não estão correlacionadas e está a desviar a conversa daquilo que é a sub orçamentação/sub financiamento, dando como exemplo o caso do estaleiro municipal, em que o orçamento para a obra era de duzentos e cinquenta mil euros, mas o projeto tem um valor de novecentos mil euros, perguntando neste caso qual é a dúvida entre sub orçamentar e sub financiar. Obviamente que para dar execução ao processo têm que ter meios próprios e para o fazerem em contexto do orçamento, a margem para implementarem aquilo que é a visão deles e os investimentos que acham prioritários e que os estremocenses validaram com o voto ficou, ficou limitada, porque essa margem que há anualmente para investimentos está engolida pela necessidade de concretizar esses investimentos, uma vez que essa cabimentação vem da margem que têm para investimento. Acrescentou, que



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

aquilo que queriam, era que neste momento tivessem margem para começar a executar aquilo que foi o compromisso que estabeleceram com os estremocenses e eles validaram.

O Vereador Luís Pardal disse que financiamento não tem nada a ver com o dinheiro que existe na Câmara, quando pretendem fazer uma obra faz um plano de financiamento e nesse plano tem um défice de dois milhões de euros, ou seja, previram que o estaleiro municipal ia custar duzentos e cinquenta mil euros, mas custa novecentos mil, logo os outros setecentos mil euros têm que ser com recursos próprios e terão que ser desviados de outras obras que tinham previstas. Aliás, o Presidente da Câmara da altura, refere em ata que a Câmara tem outros investimentos para fazer e que os vai fazer com recursos próprios, agora esses outros investimentos passam a estar comprometidos, porque esses recursos próprios tiveram que ser alocados a estas obras. Concluiu dizendo, que o financiamento não tem nada a ver com o dinheiro, tem a ver com obras que foram mal planeadas e quando desviam dinheiro de um lado para o outro deixam de poder fazer outras coisas.

O Presidente da Câmara disse que a Câmara tem dinheiro, não é isso que está em causa, aquilo que acontece é que não podem executar aquilo que eram as suas prioridades, como por exemplo renovar a frota automóvel da Câmara, porque há carros que daqui por uns meses não fazem o transporte das crianças, precisa de dinheiro para um autocarro novo, precisa de dinheiro para comprar carros para a recolha do lixo, porque aqueles que existem estão basicamente inoperacionais, precisa de dinheiro para descongelar as carreiras dos funcionários da Câmara, precisa de dinheiro para que as pessoas da Câmara que andam na rua tenham uma farda, um kispo ou algo que lhes dê conforto e condições de trabalho, precisa de dinheiro para modernizar os serviços da Câmara e não pode ter esse dinheiro, porque tem que assumir os compromissos que foram assumidos pelo Executivo anterior.

A Vereadora Sónia Ramos disse que gostaria de fazer uma proposta que é o seguinte, os Vereadores do MIETZ, tal como todos têm todo o direito de questionar a Câmara Municipal e esta tem o dever de dar todos os esclarecimentos, mas os estremocenses de 15 em 15 são sujeitos a este debate que lhe parece que seria concluído se de facto, os funcionários da Câmara com as responsabilidades ao nível



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

dos dirigentes, viessem à reunião de Câmara e para cada uma das obras pendentes do anterior mandato para este, viessem explicar exatamente qual era o valor do caderno de encargos, o que é que aconteceu bem ou mal, quais foram as vicissitudes da obra, houve aqui imprevistos ou renegociações de preços, para encerrarem este capítulo. Com toda a humildade, disse que às tantas é pouco dignificante para aqueles que os elegeram estarem sistematicamente a falar do mesmo assunto e pelos vistos, do ponto de vista do MIETZ, quem pede para ser esclarecido não o é. Seguidamente propôs, se o Presidente da Câmara e os restantes Vereadores o entenderem, que se agende uma reunião de Câmara extraordinária só para este efeito e de uma vez por todas, que se esclareça o Executivo camarário e os estremocenses daquilo que está aqui em causa, julgando que assim se pode encerrar com muita dignidade este capítulo.

O Presidente da Câmara disse entender a intervenção da Vereadora Sónia Ramos, estão cá para explicar e responder às questões que lhes são colocadas, mas não vê necessidade de fazer uma reunião extraordinária, referindo que na próxima reunião de Câmara estarão cá os Chefes de Divisão e terão tempo para prestar os esclarecimentos necessários, porque há documentos para o fazer.

O Vereador José Salema disse que a proposta da Vereadora Sónia Ramos vem ao encontro da proposta deles, estão totalmente de acordo, porque aquilo que querem é esclarecer todas essas dúvidas, que não são só eles que as têm, muitos estremocenses também as têm, mas o Presidente da Câmara já garantiu que na próxima reunião de Câmara os Chefes de Divisão estarão cá. Concluiu dizendo que o Presidente da Câmara mencionou que foram engolidas grandes quantias com estas obras, mas estão a falar de obras que vão melhorar a vida dos estremocenses e a cidade de Estremoz, portanto não vê essas verbas engolidas e não concorda com essa afirmação, estas obras que vieram do Executivo anterior e que este Executivo decidiu concretizar e bem, são uma forma estrutural de melhorar a vida dos estremocenses. Relativamente às fardas para os funcionários que andam na rua, considera isso demagogia, porque isso nem sequer está em causa, uma vez que a situação financeira do Município permite fazer essas aquisições.

O Presidente da Câmara disse que os Chefes de Divisão só não estão hoje na reunião de Câmara pelos motivos que já explicou. Seguidamente disse que mantiveram as obras do Executivo anterior, porque também consideram que são



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

obras importantes, a questão é que quando definem investimentos e prioridades têm que fazer contas e perceber o que podem ou não fazer, porque não se esqueçam que este empréstimo foi contraído para este fim em concreto e aquilo que se aperceberam, é que a dimensão do que era a vontade do Executivo anterior e o financiamento que foi destinado é insuficiente, é só disso que se trata.

O Vereador Nuno Rato disse que na altura o Município fez um empréstimo com base na avaliação das necessidades que tinha, porque entendeu também que tinha verbas próprias, para puder atuar face aqueles que eram os seus objetivos e ao que considerava prioritário para o Concelho. Relativamente ao que o Presidente da Câmara disse, de que quer verbas para executar um conjunto de propostas que foram sufragadas por uma pequena maioria, face ao que foi o resultado eleitoral do MIETZ, pode fazê-lo, tem sempre mais capacidade de o fazer, quer pelas verbas que pode vir a ser ressarcido, quer pela possibilidade de endividamento, pois nunca lhes pareceu que o Município não tem condições de puder executar os investimentos que o Presidente da Câmara elencou.

A propósito de outro assunto, o Vereador Nuno Rato disse que quando vinha para a reunião de Câmara, foi alertado que havia sido publicado um “post” pelo Município na sua página do Facebook, em que faz algum comentário sobre a campanha eleitoral relativamente ao Partido Socialista, devendo o mesmo ser apagado, porque isso não faz sentido.

O Presidente da Câmara agradeceu a questão, mas não sabe do que se trata, obviamente que não controlam essas questões, mas dentro daquilo que seja eticamente passível de alterar cá estão com toda a naturalidade.

O Vereador Nuno Rato disse que a visita do Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa a Estremoz é um facto que muito os orgulha, ter em Estremoz a máxima figura do Estado, contudo mais uma vez, não obtiveram atempadamente, qualquer informação por parte do Presidente da Câmara, relativamente a esta visita. Na altura da alteração do horário da reunião de Câmara, perceberam que de facto o Senhor Presidente da República vinha a Estremoz, aliás no Despacho proferido pelo Presidente da Câmara diz “*visita do Senhor Presidente da República ao Concelho de Estremoz*”, mas os Vereadores da oposição não



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

tiveram conhecimento do programa da visita e no mínimo, seria cordato da parte do Presidente da Câmara informá-los quando vem alguma figura máxima do Estado central, seja ela qual for, porque desta vez, vieram a saber pela comunicação social qual era o programa e evidentemente, face aos nossos munícipes que também os questionam sobre as ações do Município, ou a algo que vá ocorrer no Concelho e eles não sabem responder.

O Presidente da Câmara respondeu que só quem foi convidado para a visita do Senhor Presidente da República foi ele, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da União das Freguesias de Estremoz, informando que quando recebeu o convite tentou diligenciar para que fosse possível o Senhor Presidente da República vir aos Paços do Concelho para que com todo o Executivo, pudessem num gesto simbólico prestar-lhe uma pequena homenagem, mas foi-lhe dito que isso não seria possível e que o Senhor Presidente da República só viria ao RC3. Disse ainda, que o facto de não ter informado atempadamente os Vereadores da Oposição sobre a visita, não foi com o intuito de esconder alguma coisa, foi simplesmente, porque foi como convidado em representação do Município, mas fica o registo e no futuramente, sempre que aconteça algo semelhante passará a informação.

O Vereador Nuno Rato disse que o intuito da sua intervenção não era evidentemente, questionar o porquê de não terem sido convidados, até, porque já no passado o Senhor Presidente da República veio visitar o RC3 e também ele esteve presente na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, com o Presidente da Câmara da altura, Sr. Luís Mourinha e mais alguém que os militares decidiram convidar. A questão foi que o Despacho do Presidente da Câmara mencionava que era uma visita do Senhor Presidente da República ao Concelho de Estremoz, mas ele não adivinhava que era uma cerimónia militar e que era a convite do RC3, por isso partiu do pressuposto, que a visita era efetivamente ao Concelho de Estremoz e não tendo recebido por parte da Câmara Municipal mais nenhuma informação, decidiu deixar este alerta.

A Vereadora Sónia Ramos disse que a sua questão tem a ver com a informação que o Presidente da Câmara lhes prestou na última reunião de Câmara, referindo saber que a Câmara Municipal recebeu responsáveis técnicos do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) relativamente à visita às pedreiras e à



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

questão da segurança e da estabilidade, que julga terá ocorrido em meados de janeiro. Calcula que ainda não tenham o relatório escrito dessa visita, mas todo o modo, com certeza que no local desde logo, os técnicos que são pessoas muito experientes nesta área terão fornecido algum tipo de informação, pedindo que lhes fosse transmitido aquilo que lhe foi dado a conhecer.

O Presidente da Câmara respondeu que acompanhou a visita dos técnicos do LNEC com a Vereadora Sónia Caldeira, mas não pode adiantar muitas questões, porque tratou-se mais de uma recolha de dados por parte dos técnicos e estão à espera que chegue o relatório para conhecimento, assim que chegar a avaliação feita por eles irão agir e partilhar essa informação com os Vereadores. Acrescentou, que é uma questão que os preocupa, naturalmente têm que estar atentos e aquilo que for a recomendação do LNEC cá estarão para assegurar a resposta.

Relativamente à visita a Estremoz do Senhor Presidente da República, a Vereadora Sónia Ramos disse que também gostaria de ter sabido de outra forma, sendo que também contactou o Presidente da Câmara assim que recebeu o edital e foi-lhe esclarecido que a visita oficial não era à Câmara Municipal, mas sim ao Regimento de Cavalaria. Todo o modo, parece-lhe que a Câmara não deixa de ser um Órgão coletivo, presidido naturalmente pelo Partido mais votado, mas enfim, todos gostariam de também ter participado de outra forma, nesta visita oficial que a todos os honra, especialmente aos estremocenses, mas eles como eleitos locais gostariam de ter participado nesta visita e escapa-lhes aqui uma oportunidade de presenciar aquilo que é a mais alta figura do Estado.

A Vereadora Vanda Messenário disse que gostaria de mostrar a sua satisfação, por verificarem que após a intervenção do Vereador Nuno Rato, na reunião de Câmara de dia 29 de dezembro, estão a ser colhidas as laranjas que se encontram nas laranjeiras que estão em vários locais da cidade. Acrescentou que a lógica, é dar um destino responsável à fruta que cresce nas árvores localizadas em sítios públicos, não é só uma medida de apoio social, que é aquilo que se está a fazer pelo facto de estarem a ser distribuídas pelas instituições, mas também ajuda uma situação que é extremamente preocupante, que é o desperdício alimentar.

Concluiu dizendo que é um gesto aparentemente simples, mas pode



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

beneficiar não só, em primeiro lugar as pessoas, mas também contribuir para a melhoria do meio ambiente.

O Presidente da Câmara respondeu que sempre se fez assim e sempre se fará para não se desperdiçarem as laranjas e assim acabam por ter uma dupla função, por um lado a parte social distribuindo as laranjas pelas instituições e pelas pessoas que as queiram levar e por outro lado, a cidade fica minimamente organizada e limpa.

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Tendo o texto da ata indicada em epígrafe sido previamente distribuído a todos os elementos da Câmara, foi dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no n.º 1 do Art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E, não havendo retificações a fazer, foi a mesma aprovada por unanimidade.

3 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Foi presente uma relação da Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais / Setor Administrativo de Obras Particulares, com os despachos proferidos pelo Vereador Luís Pardal em subdelegação de competências no período compreendido entre os dias 6 e 19 de janeiro de 2022.

Tomado conhecimento.

Foi presente uma relação da Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais / Setor Administrativo de Obras Particulares, com os despachos proferidos pelo Chefe de Divisão em subdelegação de competências no período compreendido entre os dias 6 e 19 de janeiro de 2022.

Tomado conhecimento.

Foi presente uma relação do Setor de Contabilidade com os despachos proferidos pelo Presidente da Câmara, em delegação de competências no dia 20/01/2022, correspondentes à 1.ª Alteração ao Orçamento do ano de 2022 e à 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2022.

Tomado conhecimento.



4 - ADENDA AO AUTO DE EFETIVAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS Nº 20 NO DOMÍNIO DA CULTURA – CASTELO DE ÉVORA MONTE – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA Nº 8/2022

O Presidente da Câmara apresentou o Despacho n.º 8/2022, que proferiu em 18/01/2022 e que a seguir se transcreve, tendo solicitado a respetiva ratificação:

“Considerando:

- *Que a Câmara Municipal na reunião de 09/06/2021 aprovou a minuta do Auto de efetivação da transferência de competências nº 20, para a gestão, valorização e conservação do imóvel classificado “Castelo de Évora Monte”, assinado a 29/06/2021, em anexo;*
- *Que a Câmara Municipal recebeu, no dia 13/01/2022, da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), via e-mail, a Minuta da Adenda ao referido Auto nº 20, para pronuncia no prazo de 10 dias, em anexo;*
- *Que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal realiza-se a 26/01/2022;*
- *Que nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro, do auto de efetivação da transferência da competência nº 20 e da Adenda, são obrigações da área governativa da Cultura:*
 - a) *Transferir para o Município as verbas previstas no Anexo III do Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho e pelo Decreto-Lei nº 4/2022, de 4 de janeiro, este último em anexo;*
 - b) *Prestar, quando solicitado, apoio técnico especializado relativamente às matérias objeto da transferência de competências.*
- *Nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 e nº 3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho e pelo Decreto-Lei nº 4/2022, de 4 de janeiro, aprovo a Minuta da Adenda ao Auto de efetivação da transferência de competências nº 20, para a gestão, valorização e conservação do imóvel classificado “Castelo de Évora Monte”, assinado a 29/06/2021;*
- *Determino que seja efetuada comunicação, à Direção-Geral das Autarquias Locais, da aprovação da Minuta da Adenda ao referido Auto nº*



20;

- *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determino que o presente despacho seja submetido a ratificação da Câmara Municipal na reunião ordinária de 26 de janeiro de 2022.”*

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho acima transcrito.

5 - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS

- DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
- DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO
- DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO

O Presidente da Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 1 e alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) apresentou, para conhecimento da Câmara Municipal, os seguintes documentos:

- Declaração de Compromissos Plurianuais;
- Declaração de Recebimentos em Atraso;
- Declaração de Pagamentos em Atraso.

O Presidente da Câmara disse que a dívida de terceiros ao Município é de um milhão, cento e sessenta e três mil quatrocentos e dois euros, correspondendo a maior parte da dívida a cobrança de água. Disse ainda, que os serviços estão a apurar a origem da dívida e tentar perceber como é que se chegou a estes valores, referindo que desde novembro de 2017 era possível celebrar com a autoridade tributária um acordo para a cobrança fiscal das dívidas, no entanto, a Câmara decidiu fazê-lo só em junho de 2019 e neste momento está em funcionamento só a cobrança fiscal no âmbito das dívidas de água. Em junho de 2020 a Câmara adquiriu um software que permitia a cobrança de todas as dívidas, mas até aos dias de hoje não o chegou a implementar, portanto irão implementá-lo e partilhar com os Vereadores o que é que aconteceu desde 2017 e qual foi o volumar. Acrescentou que esta situação é muito preocupante e está a ser tratada como prioritária, porque é dinheiro que o Município devia ter recebido e não recebeu, há que apurar



responsabilidades e perceber como é que chegaram a este valor de dívida, sendo que cerca de 80% tem a ver com a água que não era paga e que a Câmara se demitiu comprovadamente, de exercer com as suas competências.

Tomado conhecimento.

6 - CESSAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO BAR/CAFETARIA SITO NA CENTRAL DE CAMIONAGEM, EM ESTREMOZ

O Presidente da Câmara apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“No dia 1 de junho de 2016, foi celebrado o contrato de arrendamento não habitacional, entre o Município de Estremoz e o Sr. José António Canholas Mira, relativo ao bar/cafetaria sito na Central de Camionagem, em Estremoz.

O contrato de arrendamento contempla uma contrapartida financeira mensal (renda mensal), a entregar pelo arrendatário ao Município de Estremoz, no valor de 900,00 € (novecentos euros). Em conformidade com o previsto no n.º 2 da cláusula 4.ª do contrato de arrendamento, a contrapartida financeira foi atualizada anualmente, de acordo com o coeficiente de atualização anual de renda.

Atendendo ao disposto no n.º 3 da cláusula 4.ª do contrato de arrendamento, o pagamento da renda mensal deveria ser efetuado na Tesouraria do Município de Estremoz, até ao oitavo dia do mês seguinte àquele a que diz respeito.

A última renda que o Sr. José Mira pagou, diz respeito ao mês de fevereiro de 2020. As rendas referentes ao mês de março de 2020 e seguintes encontram-se por pagar. Conforme consta na conta corrente anexa, emitida em 19 de outubro de 2021, o arrendatário tem uma dívida ao Município de Estremoz no valor de 14.869,68€.

Através de requerimento, com o registo de entrada no MyDoc n.º 9680 de 23/11/2021, em anexo, o Sr. José António Canholas Mira vem requerer a resolução do contrato de arrendamento, referente ao bar/cafetaria sito na Central de Camionagem, em Estremoz, celebrado no dia 1 de junho de 2016. Solicita, igualmente, que a resolução do contrato produza efeitos à data em que encerrou o estabelecimento, em 20 de outubro de 2021. O requerente refere que desde o mês de março de 2020 que não consegue pagar as rendas porque, devido à pandemia, o negócio sofreu perdas significativas de receitas.

O arrendamento urbano cessa por acordo das partes, resolução, caducidade,



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

denúncia ou outras causas previstas na lei, conforme o estatuído no n.º 1 da cláusula 15.ª do contrato de arrendamento.

O arrendatário já restituiu o espaço, bem como os equipamentos mencionados no anexo I do contrato de arrendamento, em bom estado de conservação, ressalvadas as deteriorações inerentes a um normal e prudente uso.

Antes da celebração do contrato de arrendamento, e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Programa de Concurso, o arrendatário prestou uma caução, de valor correspondente a 2 rendas, no valor total de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), por depósito em numerário, conforme Guia de Recebimento n.º 2310 de 18/05/2016, que se anexa. No requerimento que entregou, o Sr. José Mira solicita que o valor da caução prestada seja utilizado para pagamento de parte das rendas que tem em atraso.

Atendendo ao disposto no n.º 2 da cláusula 12.ª do contrato de arrendamento, a caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa de Concurso, pode ser executada pelo Município, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo arrendatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei. Assim, o Município pode executar a caução para satisfazer parte das rendas em atraso, passando a dívida do arrendatário para o montante total de 13.069,68€ (14.869,68 – 1.800,00 = 13.069,68).

O requerente solicita, também, autorização para proceder ao pagamento do valor em dívida em 60 prestações mensais, até ao dia 8 de cada mês, ciente de que a falta de pagamento de uma prestação importa o vencimento de todas as prestações que faltarem para o pagamento total da dívida.

Considerando o montante em dívida de 13.069,68 €, resultante da dedução do valor da caução, caso seja autorizado o pagamento em 60 prestações mensais, o valor correspondente a cada prestação é de 217,83€.

O Sr. José Mira solicita, também, a aceitação do seu requerimento de 22/11/2021, com o registo de entrada no MyDoc n.º 9680 de 23/11/2021, ainda que extemporâneo, para efeitos da aplicabilidade da deliberação da Câmara Municipal



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

de 9 de junho de 2020, que aprovou a isenção do pagamento das rendas, no período compreendido entre o dia 1 de março e o dia 30 de junho de 2020. Caso a sua pretensão seja aprovada, o requerente pretende reduzir o número de prestações para 56 prestações mensais.

A Câmara Municipal, na reunião realizada no dia 9 de junho de 2020, aprovou medidas de apoio social e económico no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Uma dessas medidas diz respeito à isenção total do pagamento de renda, no período compreendido entre o dia 1 de março e o dia 30 de junho de 2020, a todas as empresas arrendatárias que comprovadamente tenham estado totalmente encerradas e, por isso, sem auferir quaisquer rendimentos, durante o período de 1 de março a 31 de maio de 2020, condicionando o benefício da isenção à apresentação de requerimento à Câmara Municipal, até ao dia 31 de julho de 2020, comprovando que se encontraram na referida situação.

O Sr. José Mira não apresentou atempadamente o requerimento a solicitar a isenção do pagamento das rendas, pelo que, no ano de 2020, não beneficiou das medidas de apoio aprovadas na reunião da Câmara Municipal de 9 de junho de 2020.

Ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 2-A/2020, de 20 de março, foram encerradas as instalações e estabelecimentos referidos no seu anexo I, onde se incluem os bares e cafetarias. Gradualmente, os estabelecimentos voltaram a entrar em funcionamento, mas estão sujeitos ao cumprimento das regras legalmente definidas, para conter a evolução e propagação da doença COVID-19.

Caso seja deduzido o valor das rendas, referentes ao período entre o dia 1 de março e o dia 30 de junho de 2020, a que corresponde o valor de 3.706,80€, o montante da dívida passa a totalizar 9.362,88€. Sendo o pagamento feito em 56 prestações mensais, o valor de cada prestação será de 167,19 €, com exceção da última prestação que, para liquidar totalmente o valor da dívida, será de 167,43€, conforme consta no plano de pagamentos (...).

A Câmara Municipal, na reunião realizada no dia 17 de março de 2021, deliberou, nos termos do disposto na alínea e) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, isentar o pagamento de rendas devidas ao Município pelos arrendatários de espaços e edifícios comerciais municipais que tenham sido encerrados por força de diploma legal publicado no âmbito da pandemia da



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

COVID19, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2021 e até ao dia 30 de Abril de 2021. O Sr. José Mira beneficiou desta isenção.

Face ao exposto, ao abrigo das alíneas e) e ee) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proponho:

- 1. A cessação do contrato de arrendamento não habitacional, celebrado no dia 1 de junho de 2016, entre o Município de Estremoz e o Sr. José António Canholas Mira, relativo ao bar/cafetaria sito na Central de Camionagem, em Estremoz, com efeitos à data em que o arrendatário foi autorizado a encerrar o estabelecimento, ou seja, a 20 de outubro de 2021.*
- 2. A execução da caução prestada pelo Sr. José Mira em 18/05/2016, no valor de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), para pagamento de parte do valor da dívida. Assim, a dívida do Sr. José Mira a este Município, no valor de 14.869,68€, fica reduzida para o montante de 13.069,68€.*
- 3. A aceitação do requerimento do Sr. José Mira, datado de 22/11/2021 e registado no MyDoc com a entrada n.º 9680, para efeitos da aplicabilidade da deliberação da Câmara Municipal de 9 de junho de 2020, que aprovou a isenção do pagamento das rendas, no período compreendido entre o dia 1 de março e o dia 30 de junho de 2020. O valor das rendas, relativas ao período referido, totalizam 3.706,80€. Assim, o valor da dívida do Sr. José Mira fica reduzida para o montante de 9.362,88€ (13.069,68 – 3.706,80) .*
- 4. Autorizar o pagamento da dívida, no montante de 9.362,88€, em 56 prestações mensais, no valor de 167,19 € cada prestação, com exceção da última prestação que, para liquidar totalmente o valor da dívida, será de 167,43€.*
- 5. Que o pagamento das prestações seja efetuado até do dia 8 de cada mês, iniciando-se no mês de fevereiro de 2022, sendo que a falta de pagamento de uma prestação importa o vencimento de todas as prestações que faltarem para o pagamento total da dívida.*
- 6. Aprovar a minuta do Acordo Resolutivo do Contrato de Arrendamento não Habitacional, referente ao Bar/Cafetaria sito na Central de Camionagem, em Estremoz, (...)”*

Deliberação:



A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

7 - HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO DO BAR/CAFETARIA SITO NA CENTRAL DE CAMIONAGEM, EM ESTREMOZ

O Presidente da Câmara apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando:

- A necessidade de reabrir o bar/cafetaria sito na Central de Camionagem de Estremoz para apoio aos utentes, em especial na venda de títulos de transporte (bilhetes) da Rede Expressos.*
- Que nos termos do disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal gerir as instalações e equipamentos integrados no Património Municipal;*

Proponho que:

- 1. Se proceda à realização de hasta pública para arrendamento do bar/cafetaria sito na Central de Camionagem em Estremoz, de acordo com as condições estabelecidas no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, que anexo para aprovação.*
- 2. Seja nomeada a seguinte comissão para dirigir a praça da Hasta Pública:*

<i>Presidente</i>	<i>José Daniel Pena Sádio, Presidente da Câmara</i>
<i>Vogal Efetivo</i>	<i>Baptista António Marchante Catita, Chefe DAF</i>
<i>Vogal Efetivo</i>	<i>Hélia de Jesus Xarepe Passa Bernardo, Técnica Superior</i>
<i>1º Vogal Suplente</i>	<i>Sónia Cristina Russo Caldeira, Vice Presidente da Câmara</i>
<i>2º Vogal Suplente</i>	<i>Sónia Margarida Ramos Comprido Rodrigues Rato, Assistente Técnica</i>

O 1º vogal suplente substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

- 3. A hasta pública seja publicitada na Rádio Despertar e através da afixação de edital nos lugares do costume (Edifício Paços do Concelho e Juntas de Freguesia do Concelho) e publicado na página Web www.cm-estremoz.pt, bem como através da publicação de anúncio no Jornal “Brados do Alentejo” e no “Jornal E”.*



Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas, nos termos e para os efeitos constantes da mencionada Proposta.

8 - FINANCIAMENTO AO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE ESTREMOZ / 2022

A Vice Presidente da Câmara apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“O Município de Estremoz, desde a sua fundação, é associado do Centro de Ciência Viva de Estremoz, conforme resulta do art. 4º dos respetivos Estatutos.

Nos termos do nº2, do art. 29º, desses Estatutos, o Município contribuirá com o montante correspondente ao orçamento anual de funcionamento do Centro, a aprovar em Assembleia Geral e a transferir anualmente.

Como membro do CCVE e no respeito pelas obrigações assumidas, queremos cumprir os nossos deveres perante esta Associação.

Tendo como base as alíneas e) do nº2 do artigo 23º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, assim como a alínea o) e u), do nº1 do art. 33º, da mesma Lei, pretende-se celebrar um protocolo entre este Município e a Associação Ciência Viva de Estremoz, o qual nos obriga a transferir trimestralmente para a referida Associação, durante o ano de 2022, um montante de €80.000,00, “mediante pedidos trimestrais de 20.000,00 efetuados pela citada Associação, devidamente justificados”.

O montante supra mencionado, consta do Orçamento Municipal para 2022, aprovado em reunião de Câmara de 12 de janeiro de 2022 e na sessão da Assembleia Municipal de 21 de janeiro de 2022.

Termos em que se propõe a aprovação da presente proposta de protocolo pelo órgão competente.”

Seguidamente apresentou e propôs a aprovação do "Protocolo de colaboração para o ano de 2022".

A Vereadora Sónia Ramos disse reconhecer naturalmente aquilo que é unânime, que é a importância do Centro de Ciência Viva não só para Estremoz, mas para toda a região e o trabalho que fazem desde logo do ponto de vista



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

pedagógico com as crianças, não só da região mas de todo o país, portanto é de realçar este trabalho, uma forma muito mais criativa de aprendizagem, que até julga vai de encontro às necessidades dos jovens nestas matérias. Acrescentou que a sua questão tem a ver com o seguinte, vão aprovar aqui um subsidio de oitenta mil euros que vai ser pago, de acordo com a informação fornecida neste ponto em quatro prestações, mas o protocolo também exige que o pagamento de cada uma das tranches seja efetuado mediante a apresentação de relatórios e comprovativos de despesa, o que pensa aliás, deve ser uma prática seguida para o pagamento de todos os subsídios de todas as associações de igual forma. A sua questão é se a esta data e porque estamos em janeiro, o Centro de Ciência Viva já fez chegar à Câmara quer algum tipo de relatório de atividades, o que acha ainda prematuro, porque em janeiro nem todas as associações têm ainda os seus planos de atividade e orçamentos aprovados para o ano seguinte, portanto para o início de janeiro neste caso. Aquilo que lhe parece é que o protocolo é e bem, exigente nesta matéria, vamos aprovar já os oitenta mil euros que vão ser pagos ao longo do ano, mas a reunião de Câmara devia ter facultado a documentação ou pelo menos o plano de atividades, que é precisamente isso que o protocolo exige.

O Presidente da Câmara disse que este subsidio estava previsto e estava cabimentado, mas este ano e este protocolo em concreto, têm aqui uma nuance que não se justificava em anos anteriores, que tem a ver com o facto do orçamento ter sido aprovado na ultima reunião de Câmara e só depois disso é que podia trazer este assunto para aprovação. Acrescentou, que aquilo que estão aqui a aprovar é o protocolo e não o financiamento em si, porque este está implícito e resulta daquilo que está estabelecido no protocolo, que foi elaborado nos moldes dos anos anteriores e desde que existe esta parceria, obviamente, que sem embargo, todos os documentos exigidos chegarão à Câmara.

A Vereadora Sónia Ramos disse que este protocolo é um protocolo de apoio financeiro, basicamente a grande obrigação da Câmara Municipal é o financiamento, a questão é que tendo o protocolo este texto de exigência da documentação antes da transferência da tranche e como menciona, que a primeira tranche deve ser paga em janeiro, aquilo que pergunta é se eventualmente, a associação já fez chegar à Câmara alguma documentação, nomeadamente o plano de atividades para 2022.



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara respondeu que a Câmara faz parte da Direção do Centro de Ciência Viva de Estremoz, tendo participado na discussão e na aprovação do plano de atividades e do orçamento, apresentados por este Centro para o ano de 2022. Disse ainda que esses documentos já estão na Câmara, mas os relatórios e os comprovativos de despesa só chegarão quando a primeira tranche for libertada, acrescentando que o protocolo não é só financiamento, também contempla tudo aquilo que são obrigações e deveres no âmbito do mesmo, porque sem estes apoios o Centro não podia funcionar.

O Vereador José Salema disse que as questões colocadas pela Vereadora Sónia Ramos fazem sentido, mas neste momento aquilo que acha mais importante, é continuarem a apoiar um grande trabalho que tem sido feito pelo Centro de Ciência Viva de Estremoz, acautelando obviamente, todas essas situações. Referiu que é importante salientar esse trabalho de excelência que tem sido feito e da parte da sua bancada, estarão sempre imbuídos do espírito de ajuda, realçando a importância do Centro no seu funcionamento, não só para o Concelho de Estremoz, mas para todo o país.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, bem como o referido Protocolo de Colaboração.

9 - DENÚNCIA DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A OPE – ASSOCIAÇÃO TAUROMÁQUICA DE ESTREMOZ

O Presidente da Câmara apresentou um ofício enviado à OPE – Associação Tauromáquica de Estremoz, que a seguir se transcreve:

“No âmbito do Acordo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Estremoz e a OPE - Associação Tauromáquica de Estremoz, para a realização de eventos tauromáquicos na Praça de Toiros de Estremoz, em 05 de março de 2015, pelo presente meio e em respeito pelo disposto na cláusula 4ª do respetivo clausulado, se notifica V. Ex.ª que o referido acordo cessará no próximo dia 04 de março de 2022, dando desta forma cumprimento ao aviso prévio contratualmente previsto.

Mais se informa V. Ex.ª que a denúncia ora efetuada resulta de um novo modelo de gestão da Praça de Toiros de Estremoz que se pretende implementar, o



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

qual se encontra a ser preparado com a maior celeridade.

O Município de Estremoz agradece a colaboração prestada.”

O Presidente da Câmara disse que a denúncia deste Acordo de Colaboração, resulta da forma como este Executivo entende que a Praça de Toiros de Estremoz deve ser gerida e daquilo que pode vir a potenciar a tauromaquia, informando que reuniram com a OPE para explicar quais eram as suas intenções, fizeram-no de acordo com o regulamento e da forma como devia ser renunciado. Acrescentou, que tanto a Associação em questão, como outras, vão ser convidadas de forma clara, com um regulamento que será público para que seja conhecido por mais entidades e que a Câmara de alguma forma, acautele o princípio da transparência, da participação de todas as entidades e que a associação que vier a ter a concessão, seja a melhor proposta e mediante alguns compromisso que entendem devem figurar, como por exemplo a questão da manutenção, que não foi acautelada pelo Executivo anterior e fez com que a Praça fosse descuidada. Disse ainda, que a lógica da Câmara não é lucrar com o espaço em questão, a ideia é proporcionar que ocorram eventos, mas de alguma forma, devem garantir que as despesas de manutenção e de funcionamento da Praça de Toiros sejam acauteladas, coisa que alguma forma não estava devidamente clarificada. Conclui dizendo que logo que seja possível, apresentará em reunião de Câmara aquela que é sua proposta para ser analisada pelas entidades que o queiram fazer.

O Vereador José Salema perguntou qual é o modelo de gestão que pretendem, pois a sua visão também é a de que, devem fazer um concurso com critérios claros, transparentes e para qualquer entidade que possa concorrer, referiu que o Município não tem vocação nem deve ter para gerir este tipo de espetáculos, mas era importante saberem o quanto antes, qual é o modelo de gestão e quais os critérios que vão ser tidos em conta, porque estão aqui a denunciar um protocolo sem saberem o que vem a seguir.

O Presidente da Câmara disse que o assunto está a ser articulado com os serviços jurídicos, mas a ideia é que a concessão seja feita por uma associação, por um período de 3 anos, porque têm a noção que quem queira fazer um projeto para desenvolver, no caso da tauromaquia em Estremoz, tenha condições de o fazer e não esteja sujeito a que anualmente possa haver denúncia do contrato. Disse ainda,



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

que a ideia é lançar o repto aos interessados para que, para além daquelas corridas de toiros que estão definidas no calendário das festividades, tenham outras ideias e possam ter um projeto para promover a tauromaquia no nosso Concelho. Outra questão que também é importante, é que haja algum compromisso por parte da associação em concreto com os custos, nomeadamente que se efetive o pagamento daquilo que são as despesas de manutenção, porque a Câmara não quer ter lucro mas também não quer ter as despesas, a tarefa do lucro cabe à capacidade de quem está a fazer a gestão, assim como devem garantir que anualmente a Câmara encaixe uma renda anual a definir, que permita que se faça a manutenção da Praça de Toiros.

O Vereador Nuno Rato disse que o imóvel Praça de Toiros não é do Município, resulta de um contrato entre o Centro de Bem Estar Social de Estremoz que originou a recuperação e bem, daquele espaço e como aficionado congratula-se pelo Município de Estremoz ter proporcionado a todos os aficionados estremocenses alentejanos, a possibilidade de puderem usufruir de um espaço para assistirem a espetáculos tauromáquicos. Referiu que desse contrato, resultava toda a manutenção do espaço e evidentemente, que a Câmara Municipal tem que acautelar com as associações ou com as entidades a quem vai ceder aquele espaço e ter alguma forma, de assegurar que também estão a cuidar bem dele, como nós gostaríamos que cuidassem.

A Vereadora Sónia Ramos disse que naturalmente, a Câmara tem toda a legitimidade para denunciar os Acordos que entender, lançar novos concursos e ter um projeto diferenciado para cada um dos equipamentos sociais ou outros. A única coisa que gostaria de apontar é que independentemente daquilo que foi dito na reunião presencial que o Sr. Presidente da Câmara referiu, o ofício que foi enviado à associação denuncia este Acordo de Colaboração com base num projeto diferenciado, numa gestão diferente daquele espaço, mas a cláusula 5.^a do referido Acordo diz que *“...a denuncia unilateral por parte da Câmara Municipal apenas pode ocorrer devidamente justificada por motivos de interesse público ou de força maior..”*, a sua preocupação é que não bate a bota com a perdigota, julga que ter uma ideia inovadora ou uma gestão diferenciada para o espaço não é necessariamente uma justificação por força maior, ou seja, aquilo que entende é que a Câmara para os salvaguardar a todos, deveria ter sido mais rigorosa nos motivos



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

constantes do ofício de denúncia de um Acordo unilateral e acha que isso não aconteceu. Portanto, a nota que deixa é que deviam ter sido dados argumentos de peso, porque o Acordo diz exatamente isso e era essa linha de fundamentação que devia estar no ofício, referindo que isto não é uma apreciação de matéria nem de substância, é apenas do ponto de vista formal e tem a ver com o procedimento, considerando que devem ter mais cuidado neste tipo de procedimentos.

O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção da Vereadora Sónia Ramos, dizendo que lhe devolvia o mesmo conselho e que deveria ler com mais cuidado o documento, pois se reparar com atenção o ofício que foi enviado não se baseia na cláusula 5.^a, mas baseia-se na cláusula 4.^a que menciona “...o presente Acordo é válido por um ano, renovável por iguais períodos, caso não seja denunciado pelas partes com trinta dias de antecedência...”, e foi isso que fizeram, enviaram o ofício com trinta de antecedência.

Tomado conhecimento.

APROVAÇÃO DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO EM MINUTA SINTÉTICA

O Presidente da Câmara propôs que, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 4 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a ata da presente reunião seja aprovada em minuta sintética para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas, devendo ser depois transcrita com mais concretização e novamente submetida a aprovação.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

O Presidente da Câmara pôs a palavra à disposição do público que dela quisesse usar para pedidos de esclarecimento à Câmara, não se tendo verificado qualquer intervenção.

ENCERRAMENTO



Município de Estremoz
CÂMARA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas 19:10 horas.

E eu, Elsa da Conceição Pisaflores Cantador, Chefe da Unidade de Gestão de Compras e Stocks, lavrei a presente ata, que assino conjuntamente com o Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal

A Secretária

José Daniel Pena Sádio

Elsa da Conceição Pisaflores Cantador